**Reunião ordinária pública****Data: 2025-01-06****Início: 09.33 horas****Local: Cidade de Tomar, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho****Termo: 11.49 horas****Presenças:**

Presidente	Hugo Renato Ferreira Cristóvão
Vereadores	Filipa Alexandra Ferreira Fernandes
	Maria de Lurdes Ferromau Fernandes
	Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão
	Hélder Duarte Henriques
	Luís António Antunes Francisco
	Rita Freitas da Cunha

Secretária da reunião – Avelina Maria Lopes Leal**Da Ordem do Dia constavam os seguintes assuntos:-----****BALANCETE -----**

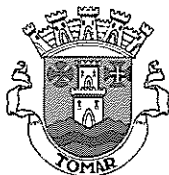
N.º 01 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE A CLASSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO NO ÂMBITO DA REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS DE TOMAR E OURÉM – projeto de relatório da ação de inspeção da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) (7029/ENTE/DAJA/2024 - 3/INSTGT/DGT/2024) -----

PROPOSTAS:-----**PROPOSTAS DO PRESIDENTE:-----**

N.º 02 – CONTRATO DE COMODATO DE CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DE TOMAR DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO N.ºs 61 A 63-A ONDE NASCEU A PINTORA MARIA DE LOURDES DE MELLO E CASTRO (7146/ENTE/DAJA/2024 - 15/ATIVEV/DTC/2016) -----

N.º 03 – DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA (24/PPRC/PR/2024) -----

INFORMAÇÕES: -----**INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----**



2

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 2023 (171/PGEN/DAJA/2024 – 11/ORGFUN/PR/2013) -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 05 – EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR NA TRAVESSA DR. GIL MARTINS - CHOROMELA – plano de sinalização temporária (7047/ENTE/DAJA/2024 - 58/CONPUB/DOM/2024)-----

N.º 06 – EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR NA TRAVESSA DR. GIL MARTINS - CHOROMELA – projeto de execução (7052/ENTE/DAJA/2024 - 58/CONPUB/DOM/2024) -----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 07 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Associação de Judo do Distrito de Santarém (6932/ENTE/DAJA/2024 - 1/APOIOS/DADJ/2019) -----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 08 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas (154/RUID/DAJA/2024 - 1/RUIDO/DAJA/2024) -----

N.º 09 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas (157/RUID/DAJA/2024 - 1/RUIDO/DAJA/2024) -----

N.º 10 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADORES – redução de taxas (7114/ENTE/DAJA/2024 - 1/ASCEN/DAJA/2019) -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

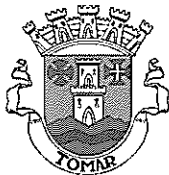
N.º 11 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade (50/PROR/DGT/2024 - 599/EDIF/DGT/2021) -----

Sendo nove horas e trinta e três minutos, o Sr. Presidente declarou aberta a reunião desejando um bom ano a todos os presentes, assim como a quem trabalha, reside ou de alguma forma se encontra em Tomar. -----

De seguida, deu-se início ao período de atendimento do público: -----

Esteve presente um grupo de cidadãos da Freguesia de São Pedro de Tomar, na sequência do fecho de três estradas públicas na referida freguesia por um cidadão, a última das quais concretizada na sexta feira anterior. -----

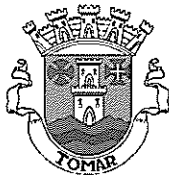
O Sr. Ernesto Rosa Marques Coelho deu nota que estão aqui para pedir a ajuda da Câmara e são acompanhados pela Sra. Presidente da Assembleia de Freguesia; também o Sr. Presidente e a Sra. Secretária da Junta estariam presentes não fosse, num caso, circunstâncias imprevistas, e, no outro, compromissos inadiáveis relacionados com o mesmo assunto. Referiu



que um cidadão comprou uns terrenos grandes na freguesia e se achou no direito de cortar duas estradas que todos consideravam públicas, e, na passada sexta feira, acabou por cortar outra ligação pública que existia e era utilizada por muitos fregueses da Serra, no percurso entre a Quinta do Falcão e a Serra de Tomar, e, sempre que necessário, pelos fregueses de São Pedro, e pelas ambulâncias; neste momento está cortada por valas, sem sinalização adequada e é um perigo eminente, nomeadamente para os condutores; tem sessenta anos e sempre ali passou, e quer continuar a passar, e há pessoas com noventa anos, que já tiveram a posse de terrenos no local e sabem que sempre se passou. -----

O Sr. António Cartaxo referiu ter nascido no local, há sessenta e oito anos, e ter sido ali criado, e aquela estrada sempre foi a serventia de todos, e já o era antes disso; é uma estrada pública, pelo menos assim a considera, e acha lamentável o que está a acontecer para impedir quem precisa de lá passar. -----

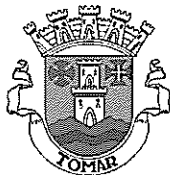
O Sr. Victor Ferreira referiu ser lamentável que alguém tenha a iniciativa de cortar três estradas da freguesia; as duas situações anteriores estão a ser objeto de processo judicial (e é por estar a acontecer uma reunião com a Advogada que não está presente parte do executivo da Freguesia); agora, o mesmo Sr. decidiu cortar a Estrada das Roseirinhas, de natureza vicinal (uma parte que foi cortada ainda está cadastrada, outra não, mas a via existe há mais de vinte cinco anos, conforme testemunhos vivos de quem tem oitenta anos e sempre por ali passou), e estão aqui a manifestar descontentamento com a situação e a pedir o apoio possível para prosseguir com este processo e para impedir que o autor continue a ter este tipo de comportamento, porque parece que não vai parar. Realçou que ninguém quer a via da força e pretendem fazer tudo de forma legal, mas não sabem quais os passos que têm que dar; o facto de parte da via não estar cadastrada poderá levantar questões em termos jurídicos e acrescentar morosidade a um processo judicial que venham a interpor; uma providência cautelar poderia ser menos morosa, mas sabem como funciona a justiça e não pode acontecer os fregueses serem privados daquela estrada enquanto se decide; ponderaram tapar a vala, mas isso poderá trazer outro tipo de problemas, e ninguém o quer, muito menos entrar em situações de violência; querem resolver as coisas a bem, mas a estrada tem que ser reposta no sítio onde se encontra, até porque o Sr. não tem qualquer vergonha; teve inclusivamente o desprazo de arrancar a placa e de a ir entregar na Junta de Freguesia a dizer que era para não se estragar, ou seja está a fazer pouco de toda a freguesia, e isso é muito mau; se tem dinheiro, faça com ele o que quiser, mas não fará pouco daqueles que lá habitam. Precisam que a Câmara os ajude, e também a comunicação social (até pensaram em chamar a CMTV). -



O Sr. Presidente realçou que, pelo menos há onze anos, é a reunião mais participada de sempre, o que demonstra bem o interesse no assunto e o quanto as pessoas se sentem prejudicadas pela situação. Expressou solidariedade para com o Sr. Presidente da Junta (que, no fim-de-semana não passou muito bem de saúde devido a esta situação), com o Executivo da Freguesia e para com o povo, porque o que é público tem que estar sempre à frente do que se entende como privado. Deu nota que o Sr. Presidente da Junta falou consigo algumas vezes sobre as situações anteriores, e chegou mesmo a ir aos locais com ele [são várias as demonstrações da natureza pública dos caminhos (numa das estradas passa a rede pública de iluminação, e existem um ou dois candeeiros, e a outra, segundo crê, serve de passagem a condutas de água) e, formalmente, é o que, para ajudar, a Câmara poderá atestar, acrescentando aos processos judiciais e aos testemunhos da memória da comunidade; infelizmente, existem no concelho meia dúzia de situações em que, de repente, alguém entende que aquilo que era público não é, e, por vezes, tardam a ser resolvidas, sendo certo que a justiça demora, mas chega, e é a única via para resolver, ainda mais quando o bom senso falta] e foi contactado pela Sra. Secretária da Junta no próprio dia da situação mais recente, também a pedir algum aconselhamento; terá sempre que se seguir a via judicial e, apesar dos custos, a providência cautelar é uma opção. Deu nota que a Câmara também pode ajudar a tornar público o assunto, como já está a acontecer com esta participação popular, e ajudar nas questões formais e operacionais, e está disponível para ajudar com as máquinas e aquilo que seja necessário, caso a Junta de Freguesia, depois de avaliar os prós e os contras dessa opção, eventualmente com o apoio da população, que está aqui tão bem demonstrado, tomar a decisão de repor o caminho vicinal que foi danificado. Realçou que a Câmara e a Junta estão em perfeita sintonia, e em contato permanente, mas, em termos formais e legais, a ação que se seguir depende do órgão executivo da Freguesia. -----

O Sr. Vitor Caetano referiu que o terreno teve uma série de donos, mas nenhum tirou o caminho, e é lamentável que este senhor o tenha feito, se bem que, de onde tem vindo, só tem feito distúrbios com a população e ninguém o consegue corrigir. -----

O Sr. Presidente referiu que vão ocorrendo situações destas pelo concelho, em regra nos caminhos vicinais, e outros conflitos entre vizinhos; não exclui a possibilidade de haver uma ou outra situação em que alguém tenha esse direito e tenha havido alguma passagem abusiva, mas, na maioria dos casos, não é isso que acontece; neste caso, o caminho atravessa o limite de uma propriedade e alguém entende que quer mais uns metros de terreno, e está a faltar



bom senso, ou a imperar um certo sentimento de impunidade, e terão que ser tomadas as medidas necessárias, desde logo pela via legal. -----

O Sr. Vitor Caetano referiu que o autor deveria, no mínimo, ter informado as pessoas que ia ter tal atitude. -----

Terminado o período de atendimento do público, deu-se início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido proferidas as seguintes intervenções: -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes desejou um feliz ano novo a toda a população que convidou a marcar presença na Praça da República, pelas dezanove horas, para o tradicional Cantar dos Reis. -----

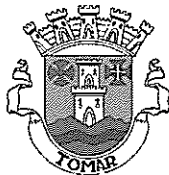
A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes desejou um excelente ano novo a quem vive, trabalha e se desloca a Tomar. Retomou algumas questões que ainda não mereceram respostas concretas, nomeadamente se a Câmara já recebeu o relatório do Campeonato de Sky Náutico realizado na Barragem do Carril, se pagou os dez mil euros estipulados no Contrato-Programa com a Federação Portuguesa de Motonáutica e o que obsta ao envio da documentação sobre as autorizações concedidas para o efeito pela Agência Portuguesa do Ambiente e pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo; qual é a situação do processo de construção de habitações no terreno adquirido em Valbom, em dois mil e vinte e dois, que, três anos depois, ainda não avançou e não há ninguém que saiba porquê; qual é a situação do processo de loteamento da Quinta do Contador e o que impede a resposta concreta e documentada às questões que colocaram. Realçou que a habitação é um dos principais desafios do concelho, e não só, e parece que os problemas, em particular os que são mais importantes, não estão a ter a prioridade que deviam ter. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que, se há tema a que têm dado prioridade é a habitação, e tem mesmo sido acusado, como aconteceu na última sessão da Assembleia Municipal, de só ver esse tema, sendo certo que só quem não faz não sabe o que custa fazer e que têm que se ir resolvendo os obstáculos que se lhes vão colocando. Reiterou que transmitiram à Federação Portuguesa de Motonáutica e aos promotores o descontentamento do Município pela forma como as coisas decorreram, nomeadamente as falhas de comunicação e o défice de informação, que impediram o envolvimento da comunidade local, que é sempre o primeiro objetivo quando se apoia uma atividade, mas, tendo em conta que o evento se realizou e teve bastante sucesso a nível desportivo, e, essencialmente, que foi uma porta que se abriu junto das entidades responsáveis pelo equipamento e dos participantes, que gostaram do local e perceberam que tem condições para poder ter este tipo de utilização, estando já em


6

cima da mesa existirem futuras iniciativas desta modalidade no mesmo local no corrente ano, manifestaram a disponibilidade para assumir cinquenta por cento do compromisso financeiro inicialmente acordado, ou seja cinco mil euros, mediante apresentação do relatório do evento, o qual já chegou e pode ser disponibilizado. Sobre Valbom, esclareceu que o terreno foi adquirido há três anos, mas teve que ser elaborado um projeto e apresentada uma candidatura a financiamento no âmbito do primeiro direito, e isso demora o seu tempo; na fase inicial, entenderam estudar se a tipologia de construção seria a mais tradicional ou se se testariam a construção mais modular, que agora se está a generalizar, e, tomada a opção, foi elaborado o projeto e, mais tarde, lançada a empreitada, mas o procedimento ficou deserto e está a ser preparado um novo procedimento com acréscimo de vinte por cento no preço base. Salientou que o tema da Quinta do Contador é muito importante porque representa um número de fogos muito considerável, quer os sessenta que resultam da oferta pública de aquisição que o Município promoveu no final do ano de dois mil e vinte e três, quer do compromisso da empresa que a ganhou de, no mínimo, fazer outros sessenta de iniciativa privada, também na lógica de habitação a custos controlados (sendo certo que, de acordo com o projeto, são possíveis mais de duzentos fogos, dependendo o número fixo das respetivas tipologias); os sessenta fogos de iniciativa municipal estão candidatados ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, mas o valor da proposta do concorrente é um pouco superior ao que está definido por metro quadrado para a nossa região, sendo certo que, nesta situação, não se pode dissociar o preço do custo das infraestruturas que é preciso construir, nomeadamente de estacionamento para os sessenta fogos, e têm feito sentir isso ao IHRU nas várias reuniões que têm tido sobre o assunto; já se equacionou assumir esse valor, que é considerável, mas é preciso que, no mínimo, a entidade dê luz verde para a fatia restante e, praticamente um ano depois, isso ainda não aconteceu, o que é incompreensível tanto mais que sabem que a habitação é um desígnio nacional e conclusão destas habitações um objetivo; por várias vezes tem manifestado publicamente o descontentamento pelo facto de o IHRU ser o principal instrumento a nível nacional para as políticas de habitação e se colocar permanentemente numa postura de acrescentar burocracia e morosidade, e não decidir, neste caso há um ano. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes referiu que a habitação social tem sido uma bandeira da atual governação, que muito tem investido nesta área, mas os atuais investimentos visam a oferta de habitação a custos controlados, ou seja, permitir que a população que não aufer



rendimentos que permitam pagar as rendas que estão a ser praticadas no concelho, possa ter oferta de habitação mediante o pagamento de uma renda muito mais acessível. -----

O Sr. Presidente salientou que têm tentando muito fazer entender isso, mas algumas pessoas ainda não percebem e também há quem, deliberadamente, tente baralhar a opinião pública sobre os objetivos dos projetos em curso. Reiterou que a habitação que estão a construir se destina aos jovens e à classe média em geral, e o melhor (e excelente) exemplo que têm em Tomar é a Nabância, nos anos oitenta e noventa, com a diferença que a Cooperativa era privada e construía para venda aos seus sócios e a intenção do Município é colocar os imóveis no mercado de arrendamento, por entender que é uma solução melhor e que estimula melhor a oferta e a concorrência no mercado. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que o Sr. Presidente tentou dar uma pincelada agradável no desenvolvimento do processo de Valbom, mas é grave que a Câmara, que é a entidade que superintende o urbanismo e as condições de execução das habitações no concelho, tenha comprado o terreno sem saber bem o que lá queria fazer, nem o que é que podia lá fazer (primeiro, queria mandar fazer construção, depois queria por módulos, mas não podia ser, e voltou à construção, mas já reduzida) o que causou perturbação e tem arrastado o processo até aos dias de hoje. Realçou que, segundo o Sr. Presidente foi importante abrir uma porta para o Sky Náutico ou outra entidade virem a utilizar a Barragem do Carril, mas abrir e escancarar a porta são coisas diferentes e há necessidade de definir a gestão daquele importante equipamento, que teve várias intervenções e várias modificações; a classificação atual acarreta outra possibilidade de gestão, que pode ser pública ou privada e que se saiba a Câmara e os privados ainda não têm uma proposta de gestão e julga que a Comissão que foi criada, com alguns regantes do perímetro da Barragem, não sabe o que está a acontecer com a abertura da porta e o continuar a abrir a porta, e seria importante que, ao mesmo tempo que abre a porta, a Câmara tivesse uma atitude responsável na gestão deste equipamento tão importante para o concelho. Realçou que, por vezes, questionam, repetida e continuamente, certos assuntos porque não obtêm as respostas aos requerimentos que apresentam e, por outro lado, o que lhes é reportado nas reuniões de Câmara, nomeadamente no ponto Competências da Câmara Municipal delegadas por deliberação de dois de outubro de dois mil e vinte e três, não traduz o exercício dessas competências, com exceção para o Sr. Vereador Hélder Henriques, o que denota falta de transparência. -----

O Sr. Presidente recordou que o Presidente da Câmara Municipal é um órgão em si mesmo e detém competências próprias, para além de que os temas que, hoje, foram trazidos já foram

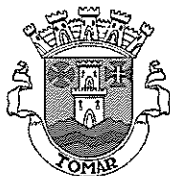


8

aqui abordados e respondidos, e foi a Sra. Vereadora que, em ambos os temas, baralhou as questões; por um lado, diz que não sabiam o que queriam fazer em Valbom e foram pensar qual era o tipo de construção que fariam, mas isso é o que é sensato e responsável fazer, e fazem para a generalidade dos processos; mesmo os que estão a avançar, na Choromela e em Marmelais, foram muito refletidos e avaliados com os serviços municipais, em termos de construção e de projeto (as construções modulares estão em cima da mesa, praticamente todas as semanas recebem propostas de empresas, e vai ser o tipo de construção dos próximos anos e avaliar essa possibilidade é ser responsável); por outro lado, souberam aproveitar a oportunidade de adquirir dois imóveis para os colocar ao serviço da comunidade como habitação (de acordo com as informações internas, a governação do PSD tinha pensado adquirir imóveis naquela localização, mesmo ao lado dos que adquiriram, os quais também tentaram comprar, mas, de repente, os preços subiram de tal forma que deixou de ser viável para o Município, e lá continuam); a localização é interessante e o estado em que se encontravam e o valor da aquisição justificou a opção de comprar, mas se a solução passa pelas peças de lego ou pelas tábuas de madeira, é uma avaliação responsável de gestão; os projetos demoram, neste caso e em muitos outros, em Tomar e noutros municípios, e também nos privados, mas, tenta-se, sistematicamente, passar a ideia que foi mal conduzido, mal pensado e que não houve planeamento; é o primeiro chavão da oposição, a chapa cinco que usam para tudo, e a segunda é que é tudo estranho, e suspeito, e mal explicado, e opaco; ninguém ignora que é esse o discurso e já se percebeu que vão entrar no novo ano com os mesmos chavões, mas é preciso lembrar que o que dizem, e as suspeições que lançam, não recaem sobre quem gere, mas sobre os serviços municipais, porque são eles que, hoje como antes, fazem os projetos e elaboram os procedimentos. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que esta argumentação não é razoável porque a principal preocupação de qualquer cidadão quando compra um terreno para construção é saber se o pode fazer e o que pode construir e, no caso de Valbom, a Câmara comprou um terreno e, ao longo de três anos, teve uma ideia num dia, outra ideia passado um ano e, depois, voltou à ideia inicial, mas com diferenças, e há muita coisa por explicar, mas o Sr. Presidente não o quer fazer, e é por isso que fala em falta de transparência. -----

Em resposta, o Sr. Presidente afirmou, olhos nos olhos, que o que a Sra. Vereadora está a dizer é totalmente falso, e um disparate; a Câmara adquiriu um terreno e dois imóveis de habitação privada para a tornar pública, avaliou o que fazer e como fazer, realizou o projeto e lançou a empreitada, que ficou deserta, tudo questões de gestão e de pensamento de projeto,

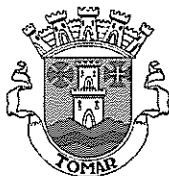

9

que não têm nada de estranho ou de opaco (estranho é a tentativa de fazer disto um thriller qualquer ou um filme de suspense), ou de não saber o que fazer, até porque, na altura, reuniu com cidadãos residentes no local que, instigados, vieram ao Município saber o que se pretendia fazer no local, e explicou o que ia acontecer; podem tentar criar as histórias e as narrativas que entenderem, mas o facto é que compraram dois imóveis privados que estavam devolutos há muitos anos para os transformar em habitação pública e, a partir daí, foi trabalho normal de gabinete e de projeto. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes desafiou o Sr. Presidente a dar-lhes acesso a todo o processo. -----

Em resposta, o Sr. Presidente disse que podem marcar o dia, e até ter a presença de técnicos para explicar, dado que, por vezes, têm dificuldade em perceber os documentos, e também não acreditam no que diz. -----

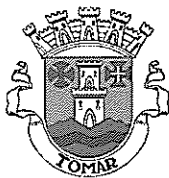
O Sr. Vereador Tiago Carrão desejou um feliz ano. Comentando o que se está a passar, referiu que a única coisa correta que o Sr. Presidente disse é que começa um novo ano, mas os hábitos são os antigos, nomeadamente os dele pois a sua intervenção foi um clássico; deu uma pincelada no passado, direccionou as intervenções da oposição para um ataque aos serviços municipais e tentou condicionar-lhes a forma de trabalhar; fala tantas vezes na falta de respeito ou em ataques à sua pessoa, mas acabou de o fazer à Sra. Vereadora Lurdes Fernandes, o que não lhe parece correto (se se sente ofendido com o que lhe dizem, não lhe fica bem praticar igual ou pior); por outro lado, não há nenhuma dificuldade em analisar os documentos, há sim, por vezes, dificuldade em ter documentos para analisar, e é por isso que falam em transparência, ou, muitas vezes, em falta dela. Recordou que também foi adquirido outro imóvel em Cardelas, que se veio a ver não dar para fazer o que se pretendia, e, hoje, ainda hoje estão para saber no que é que isso vai dar, pelo que faz muito sentido refletir sobre as coisas e analisar a priori, e nunca a Sra. Vereadora Lurdes disse o contrário. Recordou que, no dia nove de dezembro, foram abertas as propostas para execução da empreitada de conceção construção de habitação em Marmelais, uma obra financiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência, com prazos bastante apertados, e, um mês depois, o procedimento não avançou, e seria desejável que as coisas andassem mais depressa porque têm pouco mais de doze meses para o concluir. Referiu que o período de candidaturas ao Sistema de Incentivos de Base Territorial do Médio Tejo encerrou no dia vinte de dezembro, e, antes, chegou a sugerir que o Município se envolvesse na respetiva divulgação junto das empresas, pelo que gostaria de saber se há conhecimento de ter havido empresas do concelho a



10

concorrer. Retomou o tema da videovigilância na cidade, porque é importante e lhe causaram estranheza algumas coisas que o Sr. Presidente disse na última sessão da Assembleia Municipal, nomeadamente que a instalação teria um custo de meio milhão de euros e que, por isso, a sua implementação seria faseada; em setembro, em entrevista à Hertz, o Sr. Presidente dizia que, à partida, o sistema estaria a funcionar até ao fim do ano e teria o custo de cento e cinquenta mil euros, e esta afirmação bate certo com o que tinha dito na sessão de junho daquele órgão; acresce que o orçamento municipal aloca vinte cinco mil euros para o corrente ano e igual montante para cada ano subsequente (a custar meio milhão de euros, o sistema só estaria completo daqui a vinte anos); por outro lado, Ourém vai instalar quinze câmaras com um custo entre setenta e cinco e cem mil euros, e Santarém instalou vinte seis com um custo de cento e noventa mil euros, e não se percebe que o investimento em Tomar seja tão elevado; na referida sessão, o Sr. Presidente disse que só quem faz é que sabe o que custa fazer, uma expressão muito do seu agrado, mas, neste caso, parece que não faz nem sabe o que é que custa fazer, e é grave. Perguntou, objetivamente, se o sistema de videovigilância custa cento e cinquenta mil euros ou quinhentos mil euros, de quantas câmaras estão a falar (de início falaram em vinte sete, depois era muito dispendioso e estava a ser negociada com a PSP outra opção) e qual é a data que se pode apontar para terem as primeiras câmaras a funcionar em Tomar. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que dizer que uma afirmação é disparatada não é insultar e o que foi dito não cola com a realidade e com o que, muitas vezes, tem acontecido. Reiterou que é aos serviços municipais que se referem quando dizem que há falta de planeamento, coisas mal feitas e opacidade, porque o Presidente e os Vereadores não fazem projetos ou outros procedimentos técnicos e administrativos. Esclareceu que a segunda quinzena de dezembro não é igual às outras, porque as pessoas têm folgas, férias, feriados e tolerâncias de ponto, e será por isso que não aconteceu ainda a adjudicação da empreitada de conceção construção de habitação em Marmelais, mas a situação não é mais preocupante que tudo o resto; a questão dos prazos é um problema nacional, há outras situações idênticas à de Tomar, e outras muito piores, e o Governo tem transmitido aos municípios que se está a tentar transitar os processos de habitação do Plano de Recuperação e Resiliência, assente no Banco Central Europeu, para uma solução financiada pelo Banco Europeu de Investimento, para, pelo menos, o garrote do prazo poder ser aliviado, e o país poder executar. Realçou que cada um ouve o que quer e entende como entende, sendo certo que, como tem dito, a videovigilância é um processo em contínuo; foi demonstrada uma intenção com a assinatura



11

do Protocolo com a Polícia de Segurança Pública e, numa primeira fase, fruto da avaliação dos serviços, houve a perspetiva dos cento e cinquenta mil euros, mas, quando se avaliou com os serviços da PSP, que têm outro grau de exigências para os equipamentos e deram o seu apporto sobre os locais de instalação, o orçamento disparou para muito mais do que o meio milhão de euros (são equipamentos com outros requisitos técnicos, até de marcas que são exigidas, que oferecem outros graus de segurança, pelo menos na prevenção de intromissão de entidades estranhas à força policial, que fica no controlo dessa vigilância, sem os quais o processo não será depois homologado pela Comissão Nacional de Proteção de Dados); não era possível gastar esse valor neste projeto e começou uma segunda fase, para tentar perceber se, mantendo os locais, mas redefinindo os pontos exatos de instalação (onde existisse instalação elétrica ou fibra ótica, entre outras questões), seria possível reduzir custos porque aos custos do equipamento acrescem os custos da cablagem de eletricidade e fibra ótica, de alimentação elétrica onde ela não exista, de instalação de contadores próprios, entre outros; dessa avaliação chegou-se ao meio milhão de euros, mas, mesmo assim, é demasiado para executar de uma só vez, e está em preparação um plano mais pequeno (ainda este mês, serão definidas as zonas, à partida mais centradas no centro histórico – eixo Praça da República, rua Serpa Pinto, Ponte Velha - e o número de câmaras iniciais). Referiu que quando se fazem comparações é preciso saber o que se está a comparar, nomeadamente o número de câmaras, se houve ou não necessidade de fazer infraestruturas e instalações e, a ter havido, se foram englobadas noutro procedimento, sendo certo que, agora e antes, o que fala, de forma clara, nomeadamente sobre os custos dos diferentes itens necessários para a instalação e funcionamento do sistema, resulta das informações dos técnicos, que melhor do que ninguém poderão explicar o que ainda não esteja bem entendido, se houver interesse nisso. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão reiterou que se persiste em redirecionar as críticas para os serviços e tem que recordar ao Sr. Presidente que é o responsável máximo da Câmara Municipal e dos serviços municipais e, em primeira e última análise, é o responsável por aquilo que os serviços possam ou não fazer, e é evidente que as intervenções dos vereadores do PSD lhe são dirigidas e à sua governação. Sobre Marmelais, a empreitada e o financiamento, referiu que o Sr. Presidente disse que o processo teria andamento nesta reunião, e já sabia que dezembro era um mês excecional, e fala que é um problema nacional, e é, mas têm que se preocupar com aquilo que podem fazer, com os problemas e a realidade local e andar mais rápido, e bem, com as coisas de Tomar. Perguntou se há ideia, caso se coloque a possibilidade de financiamento através do Banco Europeu de Investimento, para poder haver prazos mais



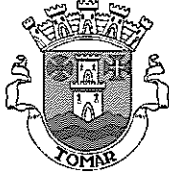
12

alargados, se se mantém o financiamento de cem por cento da obra, a fundo perdido, ou se a taxa de financiamento pode vir a ser inferior e a autarquia ter que ter alguma participação. Manifestou interesse em reunir com os serviços para conhecer melhor o processo da videovigilância, sendo certo que, de acordo com a informação que possui sobre os exemplos de Santarém e Ourém, o custo médio por câmara é de sete mil euros, enquanto em Tomar, o custo por unidade ascende a dezoito mil e quinhentos euros, ou seja, quase três vezes mais, e gostava de perceber porquê.-----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que a reunião será agendada, sendo certo que o valor por camara depende do que já disse; ao fundo da alameda Um de Março, por exemplo, está previsto instalar um equipamento que inclui várias câmaras e custa entre vinte e vinte cinco mil euros, e conseguiram encontrar material semelhante muito mais barato do que está previsto, mas a PSP exige determinadas referências (marcas, na prática), não poderem ser de determinada nacionalidade (para prevenir invasão ou acesso por terceiros, de acordo com uma diretiva europeia) e isso faz disparar o preço, mas haverá oportunidade de abordar tudo isso com os serviços, que explicarão muito melhor. Salientou que é por ser o primeiro e último responsável que, todos os dias, defende os serviços, nomeadamente dos ataques que lhes são feitos, por mais que se diga que não. Esclareceu que a questão da transição para o Banco Europeu de Investimento ainda é uma intenção, como tem sido transmitido aos municípios e às comunidades intermunicipais, percebendo que, por várias razões, no país, não vai haver capacidade para executar tudo o que está por executar, até porque ainda há muitos processos que não saíram do papel (como é o caso da Quinta do Contador); a avançar, pelo menos num primeiro momento, é provável que o financiamento seja de oitenta ou oitenta e cinco por cento, mas há a intenção de tentar encontrar forma de chegar aos cem por cento, até porque os municípios entendem que não devem ser prejudicados (podem assumir que possa haver uma quota parte de responsabilidade dos municípios no seu todo, mas a verdade é que têm sido colocadas burocracias, nomeadamente pela entidade nacional que gere isto, as quais condicionam todos os municípios e, no mínimo, fizeram perder um ano, ou dois). -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que havendo esse risco, têm que se preocupar com os vinte por cento que o Município possa ter que pagar (são investimentos importantes, mas envolvem milhões de euros e vinte por cento é muito significativo), e maior é a razão para tentar financiar o mais possível a cem por cento, através do Plano de Recuperação e Resiliência, e a motivação para que as coisas andem o mais rápido possível. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco desejou bom ano. Retomou alguns assuntos já abordados,



13

solicitando a prestação das seguintes informações: -- tendo em conta o encerramento temporário do parque de estacionamento reservado a autocaravanas, o que se prevê em termos de estacionamento dessas viaturas, que têm sido avistadas em vários pontos da cidade; -- ponto da situação do parque de estacionamento para viaturas de grandes dimensões (IIR), que tarda em aparecer; -- o que está previsto e/ou planeado em termos de infraestruturas para a prática de campismo, com acessos minimamente razoáveis, tendo em conta a importância que o turismo assume, a diversidade do público que visita Tomar e que haverá quem careça desta resposta; -- se irá ser apresentado relatório das iniciativas de Natal promovidas e apoiadas pela Câmara Municipal (onde se apresentem as iniciativas e os respetivos custos, e a comparação com anos anteriores, assim como algumas conclusões sobre as vantagens e desvantagens deste tipo de atividades); -- que iniciativas estão previstas em Tomar na época de Carnaval e qual o apoio previsto. Perguntou o que está planeado no corrente ano relativamente à Feira de Educação, Emprego e Empreendedorismo de Tomar (FrEEE), uma ideia relevante que carece de uma dinâmica mais ousada e de novo espaço que lhe trouxesse outra projeção. Referiu que está orçamentado, a nível nacional, o troço do IC3/A13 para sul e a Ponte da Chamusca, ou a sua substituição, e gostaria de perceber o que se passa, nomeadamente quais as démarches que estão a acontecer, no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e das Câmaras da região, para que estes acessos, desejados há bastante tempo pelos habitantes do Médio Tejo, e também da Lezíria do Tejo, avancem, porque lhe parece relevante existirem vias mais rápidas de acesso à margem sul do Tejo, e também ao novo aeroporto que se prevê fazer.-----

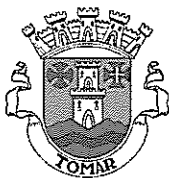
Em resposta, o Sr. Presidente referiu que, por várias razões, é de facto muito importante para Tomar, para a região e para o distrito a conclusão da A13, entre a Golegã e Almeirim, e a construção de uma nova travessia no Tejo (por questões de mobilidade profissional e turística, e também tendo em conta o enorme volume de transporte pesado para o Ecoparque do Relvão, entre outras razões), independentemente do local onde venha a acontecer, mas, pelo menos hoje, não se irá pronunciar aqui sobre as posturas da Comunidade intermunicipal. Referiu que o parque de estacionamento reservado a autocaravanas está encerrado para manutenção e são várias as alternativas que existem nesta fase provisória, nomeadamente no parque próximo da Torre da Igreja de Santa Maria dos Olivais e nas bolsas de estacionamento da avenida Maria de Lurdes Mello e Castro e da zona de Marmelais. Realçou que não foi esta governação que fechou o parque de campismo e, com isso, criou a impossibilidade de o reabrir, mas há três parques de campismo privados no concelho e não há falta de resposta



14

para este público, para além de que foi criado um parque escutista atrás das piscinas, gerido pelos três agrupamentos de escuteiros que existem no concelho e, entretanto, um outro apoio especificamente para o Agrupamento de Escuteiros de Tomar, na Quinta de Marmelais, mas nenhum desses locais é utilizado apenas por escuteiros porque alguns grupos, incluindo escolares, solicitam apoio a essas estruturas locais; é verdade que, no Plano de Pormenor do Parque Desportivo ao Açude da Pedra, se prevê um parque de campismo na zona do Açude, sendo certo que, ao dia de hoje, não é uma prioridade para o Município criar esse equipamento e, pessoalmente, entende que não é sequer algo que deva ser de gestão municipal, tanto mais que há soluções privadas. Salientou que seria útil ter um estacionamento destinado a camiões, e existem algumas hipóteses; o Município é proprietário de um terreno na zona de Santa Cita, muito próximo da linha ferroviária e do respetivo apeadeiro, que poderia ser interessante, desde que se criassem algumas condições de vigilância, mas conversou com alguns camionistas para recolher opiniões e entendem que não iria funcionar, nomeadamente porque querem ter as viaturas o mais próximo possível; poderá vir a ser criado noutra zona, à entrada da cidade, mas não para já; enquanto não acontece, há uma zona com bom estacionamento, nas traseiras do Regimento de Infantaria Quinze, muito pouco utilizada, se bem que o acesso não seja tão bom, e as bolsas de estacionamento na avenida Maria de Lourdes Mello e Castro. Deu conhecimento que a Feira de Educação, Emprego e Empreendedorismo de Tomar (FrEEE) se realizará nos dias três e quatro de abril e realçou que é um excelente evento que tem margem para evoluir, mas, para isso acontecer, os Agrupamentos de Escolas terão que ter outro tipo de envolvimento e uma atitude mais proativa, nomeadamente permitindo que os alunos assistam a mais conferências e palestras. Indicou que o relatório do Tomar Natal irá ser apresentado sendo certo que o tempo que os funcionários levam a elaborar relatórios de tudo e mais alguma coisa é tempo em que não estão a executar outras tarefas. Indicou que o Carnaval está pensado em moldes semelhantes aos anos anteriores, incluindo os apoios previstos, sendo certo que, num lado, se criticam as festas e as festarolas e, noutro, se pede que os eventos aumentem e/ou evoluam, e é preciso serem coerentes.-----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes perguntou se já foi publicado em Diário da República o aviso da discussão pública do projeto de requalificação da avenida Cândido Madureira, rua dos Arcos e arruamentos do centro histórico de Tomar, a iniciar oito dias após essa publicação e qual é a situação do procedimento de atribuição das bolsas de estudo a alunos do ensino superior, porque as candidaturas foram em outubro e os resultados deviam ser conhecidos após sessenta dias. -----


15

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que o aviso ainda não terá sido publicado, mas irá verificar, e, sobre as bolsas de estudo, indicou que os serviços fazem as entrevistas que entendem ser necessárias durante a interrupção letiva de dezembro/janeiro, e o relatório tem sido apresentado em janeiro/fevereiro. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão perguntou quantas empresas do concelho se terão candidatado aos incentivos de base territorial do Médio Tejo. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que foi assegurada a divulgação junto da base de contatos empresarias e realizaram mesmo uma sessão pública na Biblioteca Municipal, bastante participada, mas não tem os dados solicitados. -----

O Sr. Vereador Luís Francisco referiu que também parece relevante envolver na Feira de Educação, Emprego e Empreendedorismo (FrEEE) o meio empresarial de várias áreas, e outras instituições, nomeadamente para fazer mostra das suas atividades, até porque algumas podem pretender captar recursos humanos. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que isso tem acontecido, quer na parte da demonstração quer nas palestras e conferências, e têm trabalhado com uma empresa de antigos alunos do Instituto Politécnico de Tomar, que conheceu precisamente na primeira edição da FrEEE. -----

A Sra. Vereadora Filipa Fernandes deu nota que percebendo a importância da participação das empresas na FrEEE esta passou a ser organizada em conjunto pela Divisão de Educação e pelo Gabinete de Apoio ao Investidor. -----

Em complemento, o Sr. Presidente deu nota que acabou de receber informação com o número de candidaturas apresentadas aos incentivos de base territorial e o número de candidaturas aprovadas, mas, ainda não é oficial, e entende que não a deve partilhar publicamente. -----

Terminado o Período de "Antes da Ordem do Dia", a Câmara passou a deliberar de acordo com a Ordem do Dia: -----

BALANCETE: - Foi presente o balancete (Resumo Diário de Tesouraria) do movimento de fundos de Tesouraria Municipal, do dia três de janeiro de dois mil e vinte cinco, o qual acusa os seguintes saldos: três milhões, quinhentos e cinquenta mil, novecentos e vinte e nove euros e oitenta cêntimos (3.550.929,80€) em Operações Orçamentais, e quatrocentos e setenta e dois mil, setecentos e treze euros e cinquenta e oito cêntimos (472.713,58€) em Operações Não Orçamentais. -----

N.º 01 – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS SOBRE A



16

CLASSIFICAÇÃO DO USO DO SOLO NO ÂMBITO DA REVISÃO DOS PLANOS DIRETORES MUNICIPAIS DE TOMAR E OURÉM – projeto de relatório da ação de inspeção da Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT) -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a apreciação do Executivo Municipal o projeto de relatório do processo de inspeção n.º NUI/AA/OT/000009/24.9.AOT, realizada pela Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, para avaliação do cumprimento das disposições legais sobre a classificação do uso do solo no âmbito da revisão dos Planos Diretores Municipais de Tomar e de Ourém, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 18785/2024 e 18789/2024 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou: -----

1-Aceitar o teor do projeto de Relatório da IGAMAOT quanto à avaliação do cumprimento das disposições legais sobre a classificação do uso do solo no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Tomar; -----

2-Comunicar à referida entidade que nada tem a opor à aprovação do projeto de decisão de que foi notificada; -----

3-Dar conhecimento da deliberação e do projeto de relatório à Assembleia Municipal de Tomar, à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e à FUNDEC. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

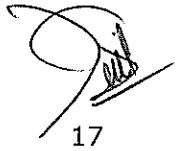
No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente realçou que, na perspetiva das entidades oficiais, tudo decorreu dentro da normalidade neste processo, ao contrário do que, por vezes, se ouve na opinião pública. -----

PROPOSTAS:-----

PROPOSTAS DO PRESIDENTE:-----

N.º 02 – CONTRATO DE COMODATO DE CEDÊNCIA AO MUNICÍPIO DE TOMAR DO PRÉDIO URBANO SITO NA RUA ALEXANDRE HERCULANO N.ºs 61 A 63-A ONDE NASCEU A PINTORA MARIA DE LOURDES DE MELLO E CASTRO -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a renovação, pelo prazo de um ano, do contrato de comodato celebrado com Luís Manuel de Melo e Castro de Alvellos referente à cedência do prédio urbano sito na rua Alexandre


17

Herculano, n.ºs 61 a 63-A, onde nasceu a pintora Maria de Lourdes de Mello e Castro. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a renovação do contrato de comodato celebrado na sequência da deliberação de 14 de novembro de 2022, por mais um ano. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: "A 14 de novembro de 2022, o PSD votou contra a celebração do contrato de comodato por falta de informação, nomeadamente por não existir qualquer tipo de indicação dos custos inerentes às responsabilidades do Município de Tomar, em particular com a realização de obras. Nesse momento, o Presidente afirmou não poder dar esses valores uma vez que a Câmara Municipal não possuía ainda o projeto. -----

À data da presente reunião, a situação mantém-se: não é fornecido qualquer detalhe sobre o valor previsto do investimento do Município. Mas, o mais grave, é mesmo na documentação estar explícito o facto de o projeto já estar na posse da Câmara Municipal e o Presidente Hugo Cristóvão primeiro não o reconhecer e, depois de confrontando com os documentos, demonstrar o total desconhecimento do projeto. -----

Para além disso, a proposta deliberação em causa refere "a renovação do contrato de comodato celebrado na sequência da deliberação de 14 de novembro de 2022". -----

No entanto, ao analisar os documentos, facilmente se percebe que o contrato proposto tem um conjunto de alterações e acrescentos que não existiam no contrato em vigor e, portanto, não se trata de uma renovação, mas sim de um novo contrato. -----

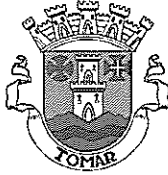
Quando questionado sobre isso, o Presidente respondeu de forma evasiva, não ficando claro se se estaria efetivamente a votar a renovação do contrato já existente, ou um novo contrato. ---

Por tudo isto, os Vereadores do PSD votam contra.". -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente realçou que há necessidade de renovação do contrato de comodato, cuja vigência terminou a trinta e um de dezembro, porque o projeto, cuja elaboração é responsabilidade do proprietário, ainda não está concluído. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes realçou que a proposta de deliberação refere a renovação do contrato de comodato celebrado na sequência da deliberação de catorze de novembro de dois mil e vinte e dois, por mais um ano, mas consta do processo, uma nova minuta de protocolo e gostaria que ficasse esclarecido o que estão efetivamente a votar. -----

Em resposta, o Sr. Presidente esclareceu que foi recebida do proprietário uma proposta de



18

minuta, a qual consta do processo, mas está em causa, aprovar a renovação do contrato anterior nos mesmos termos, ou seja, sem nenhuma alteração que não seja a validade. -----

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes referiu que o contrato de comodato é de dois mil e dezanove, e foi renovado em dois mil e vinte e dois, mas não houve tempo para dar conhecimento de qualquer relatório sobre o que aconteceu nos quatro anos, ou prestar informação sobre os custos em que o Município terá incorrido com o contrato; por outro lado não é claro que o projeto não tenha sido apresentado porque se recorda de ter lido que o projeto tinha sido remetido ao Município e estaria para análise. Reconhecem a relevância do tema e a importância de preservar todo o espólio da pintora e respetiva visita, mas não sabem quais as verbas que terão que ser alocadas à adaptação e reabilitação do edifício, nem o que aconteceu e quanto custou, e sem esses dados não podem acompanhar a proposta. -----

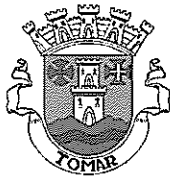
Em resposta, o Sr. Presidente reforçou que não é só o Município que tem problemas com os projetos, e estes têm várias fases, mas só com o projeto de execução estarão em condições de avançar para a empreitada, sendo certo que se prevê que venha a custar setecentos ou oitocentos mil euros e ainda terão que encontrar forma de financiamento. Deu conta que, até este momento, foi retirado o miolo do edifício, a título de adiantamento, para poderem ser realizadas, em segurança, as sondagens arqueológicas necessárias para o projeto poder avançar, trabalhos que foram adjudicados por cerca de cem mil euros, mas não foram pagos na totalidade, porque a empresa não concluiu os trabalhos, ocorreu a rescisão do contrato e a parte final, muito reduzida, acabou por ser concluída diretamente pelos serviços municipais. --

O Sr. Vereador Tiago Carrão recordou que esta obra está elencada para financiamento no âmbito da Comunidade Intermunicipal, mas sem verba atribuída. Referiu que resulta da documentação que o projeto concluído, do arquiteto José Neves, se encontra para apreciação dos serviços técnicos da Câmara Municipal, e seria de esclarecer que fase do projeto seria. ----

Em resposta, o Sr. Presidente confessou que não tem a certeza; são tantas as reuniões, os temas e os projetos que está na dúvida, sendo certo que a última reunião em que falaram deste projeto aconteceu uns dias antes do Natal e, entretanto, o projeto de execução, ou pelo menos o que o projetista entende como tal (por vezes, é diferente o entendimento dos serviços quanto à totalidade dos elementos que devem constar) pode já ter sido entregue. ---

A Sra. Vereadora Lurdes Fernandes solicitou o fornecimento de cópia do novo contrato de comodato que vier a ser assinado pelas partes. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que, se assim for entendido, até poderão estar presentes no momento da assinatura, se bem que ainda não saiba quando ocorrerá. -----



19

N.º 03 – DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE SERRA E JUNCEIRA -----

Foi presente a seguinte proposta do Sr. Presidente: -----

Sabendo, mesmo que apenas informalmente, que decorre na Assembleia da República o processo de revisão das uniões de freguesias que solicitaram desagregação, aí se incluindo a de Serra Junceira, pertencente ao concelho de Tomar. -----

Sabendo, mesmo que apenas informalmente, que a comissão técnica da Assembleia da República terá proposto a não desagregação desta união de freguesias, argumentando insuficiência de documentação. -----

Sabendo que essa documentação foi já enviada. -----

Tendo em razão do antes enunciado, a Assembleia Municipal de Tomar aprovado já uma moção em apela à Assembleia da República, que, estando sanada a questão administrativa, e não existindo qualquer questão legal, possa reavaliar a decisão. -----

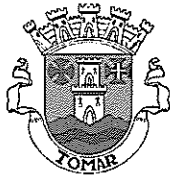
Assim, pelo exposto, proponho que a câmara delibere também semelhante solicitação à Assembleia da República, no sentido de reconsiderar a decisão final, aprovando a desagregação da atual União das Freguesias de Serra e Junceira. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou aprovar a referida proposta e, em consequência, solicitar à Assembleia da República que, sanada a questão administrativa, e não existindo qualquer questão legal, aprove a desagregação da atual União das Freguesias de Serra e Junceira. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Presidente referiu que, de certa forma, está em causa interceder junto da Assembleia da República para que acompanhe a vontade da Assembleia de Freguesia na votação final que ocorrerá no dia dezassete, dado que já foi enviado o documento que estaria em falta, e, portanto, sanada a questão formal e administrativa que o impediria. --

O Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que, na última sessão da Assembleia Municipal, foram feitas algumas acusações ao PSD, e há coisas que não foram retratadas da melhor forma na comunicação social, pelo que aproveita para as esclarecer: o PSD local acompanhou sempre o movimento de cidadãos que suscitou a questão da desagregação, e votou a favor nos órgãos da Freguesia e do Município, incluindo hoje; continuam a acreditar no mérito de uma desagregação que é vontade da população, e não de nenhum partido político e, enquanto decisores políticos, cabe-lhes acompanhar a população; é verdade que no tal grupo de trabalho no âmbito da Assembleia da República, o PSD votou contra esta desagregação, mas é importante deixar claro que o fez porque, desde a primeira hora, disse que votaria



20

favoravelmente todos os processos que, à data, reunissem todas as condições, e não o faria nos processos em que isso não acontecesse; infelizmente, à data dessa votação, o processo da Serra e Junceira reunia as condições técnicas, mas não continha toda a documentação necessária, concretamente o orçamento para os dois anos; de certa forma, essa votação é a melhor forma de assegurar a independência técnica e a não interferência ou outro tipo de estratégias políticas, e não deixa de ser curioso que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, que tinha a responsabilidade de apresentar essa documentação e informação, tenha feito as declarações infelizes que fez na Assembleia Municipal e, propositadamente, tenha pretendido passar a batata quente e apontar ao dedo ao PSD, mas o PSD de Tomar está de consciência tranquila e ao lado da população da Freguesia da Serra e Junceira. -----

O Sr. Presidente informou que se pretende, o mais possível ainda hoje, dar cumprimento ao agora deliberado. -----

INFORMAÇÕES: -----

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

N.º 04 – COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADAS POR DELIBERAÇÃO DE 2 DE OUTUBRO DE 2023-----

Foram presentes, para conhecimento, os despachos efetuados pelo Sr. Vereador Hélder Henriques, no uso das competências subdelegadas pelo Sr. Presidente, na sequência da deliberação de 2 de outubro de 2023. -----

A Câmara tomou conhecimento. -----

DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS: -----

N.º 05 – EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR NA TRAVESSA DR. GIL MARTINS - CHROMELA – plano de sinalização temporária -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a ratificação do Executivo Municipal o despacho que aprovou o plano de sinalização temporária para execução da empreitada de conceção-construção dos edifícios para habitação a edificar na Travessa Dr. Gil Martins - Choromela, implicando o corte parcial da via de circulação rodoviária durante 15 meses, com início previsto a 7 de janeiro, nos termos e fundamentos da informação n.º 10887/2024 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, deliberou ratificar o despacho n.º 3275/DOM/2024, de 23 de dezembro, ao abrigo do n.º 3 do artigo 35.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----



21

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão realçou que o texto da deliberação refere o corte parcial da via, mas a documentação refere o corte total. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que o parcial terá em conta que só uma parte da travessa fica totalmente fechada, sendo certo que estão a deliberar ratificar o seu despacho, e este aprova o Plano de Sinalização Temporária nos termos propostos pelo Departamento de Obras Municipais e o Edital está nos mesmos termos. -----

N.º 06 – EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DOS EDIFÍCIOS PARA HABITAÇÃO A EDIFICAR NA TRAVESSA DR. GIL MARTINS - CHOROMELA – projeto de execução -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal o projeto de execução da empreitada de conceção-construção dos edifícios para habitação a edificar na Travessa Dr. Gil Martins – Choromela, e o plano de trabalhos, mapas de mão-de-obra e de equipamentos, e cronograma financeiro ajustados, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 11029/2024 e 11033/2024 do Departamento de Obras Municipais. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou: -----

1-Aprovar o projeto de execução, a que corresponde o ficheiro "Email_isidovias_18dez2024_wetransfer_2024_12_18_-projeto-de-execucao_2024-12-18_1858.zip", alojado em [\\storage\gestaodeprocessos\\$345654](#); -----

2- Aprovar o Plano de Trabalhos, os mapas de mão-de-obra e de equipamentos, e o cronograma financeiro devidamente ajustados. -----

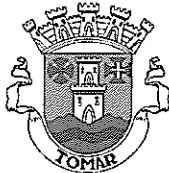
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSOCIATIVISMO, DESPORTO E JUVENTUDE: -----

N.º 07 – UTILIZAÇÃO DE INSTALAÇÕES DESPORTIVAS MUNICIPAIS – Associação de Judo do Distrito de Santarém -----

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Rita Freitas submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção do pagamento do preço de utilização do Pavilhão Municipal Patrícia Sampaio, nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro de 2025, para realização do Campeonato Nacional de Júniores, nos termos e fundamentos da informação n.º 1964/2024 da Divisão de Associativismo, Desporto e Juventude. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar do pagamento do preço de utilização das instalações municipais,


22

ao abrigo do n.º 4 do artigo 10.º do regulamento das Instalações Desportivas Municipais. -----
Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

DIVISÃO DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: -----

N.º 08 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Presidente submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão de licença especial de ruído, pelo período de um ano, a partir de 6 de janeiro, conforme solicitado pela Isidovias - Investimentos, limitada, na qualidade de empreiteiro da empreitada de conceção-construção dos edifícios para habitação a edificar na Travessa Dr. Gil Martins – Choromela, nos termos e fundamentos da informação n.º 5275/DAJA/2024.-----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo da alínea b) do n.º 5 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por quatro votos a favor e três votos contra da Sra. Vereadora Maria de Lurdes Ferromau Fernandes e dos Srs. Vereadores Tiago Manuel Henriques Ferreira Carrão e Luís António Antunes Francisco, com a seguinte declaração de voto: “Isentar uma empresa privada de taxas da licença especial de ruído por um ano, com o argumento de que é uma obra pública, oferece algumas reticências. -----

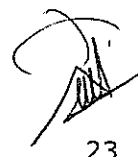
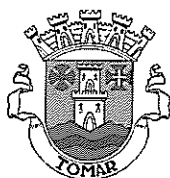
A empresa privada contratada para a sua execução vai faturar com esta obra um valor superior a 4.6M€. No nosso entender, o facto de ser uma empreitada pública não justifica uma isenção de taxa de ruído.-----

Trata-se de um valor diário de 15,05€, que se traduz num total de cerca de 5.500€, um valor certamente contemplado no orçamento da empresa. -----

De acordo com a documentação a demonstrar a comunicação da empresa com a CMT, é particularmente estranho o facto de o empreiteiro estar, num primeiro momento, interessado em obter o valor e dados para pagamento da taxa e, sem que nada o fizesse prever, dois dias depois solicita então a isenção. -----

Os Vereadores do PSD votam contra.”. -----

No âmbito do ponto anterior, o Sr. Vereador Tiago Carrão referiu que não concordam com o princípio de isentar uma atividade de uma empresa privada com fins lucrativos e abdicar de uma receita no valor aproximado de cinco mil e quinhentos euros (quinze euros por dia) quando a empresa vai faturar quase cinco milhões de euros com a obra, até porque acredita que a proposta que apresentou terá previsto a questão das taxas (vendo a comunicação entre


23

as partes, de início, a empresa solicita os dados e informações para efetuar o pagamento e, estranhamente, dois dias depois, pede a isenção). -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que, em regra, tem havido este princípio; a empresa é privada, mas vai realizar uma obra para o Município, e não lhes parece lógico e correto que pague uma taxa municipal, para além de que, neste caso, a licença especial de ruído se destina a laborar num horário mais alargado, e também aos sábados, e têm interesse que o faça porque querem que a obra avance no mais curto espaço de tempo. -----

O Sr. Vereador Tiago Carrão discordou do princípio dado que a empresa é paga para fazer o trabalho e certamente considerou esta despesa na proposta que apresentou, para além de que há um contrato assinado e é da sua responsabilidade se tiver que trabalhar aos sábados, domingos e feriados para cumprir o prazo de execução. -----

Em resposta, o Sr. Presidente referiu que é uma prática corrente há muitos anos. -----

N.º 09 – LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO – isenção de taxas -----

Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo Municipal a isenção das taxas aplicáveis à emissão de licença especial de ruído para arruada de Natal da Sociedade Filarmónica Gualdim Pais, no dia 23 de dezembro, nos termos e fundamentos da informação n.º 5299/DAJA/2024. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou isentar as taxas, ao abrigo do n.º 11 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

N.º 10 – INSPEÇÃO PERIÓDICA DE ELEVADORES – redução de taxas -----

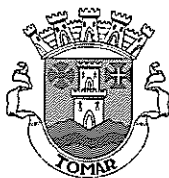
Foi presente proposta do Sr. Vereador Hélder Henriques submetendo a aprovação do Executivo Municipal a redução da taxa aplicável à inspeção periódica do elevador EL/CMT/252, instalado no edifício da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, sito na Rua Aquiles da Mota Lima, n.º 2-C, nos termos e fundamentos da informação n.º 5340/DAJA/2024. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou aprovar a redução da taxa no montante de 139,20€ (cento e trinta e nove euros e vinte centimos), ao abrigo do n.º 1 do artigo 10.º do regulamento municipal de taxas administrativas e urbanísticas de Tomar. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade. -----

DIVISÃO DE GESTÃO DO TERRITÓRIO: -----

N.º 11 – LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade -----



Foi presente proposta da Sra. Vereadora Filipa Fernandes referente ao processo n.º 599/EDIF/DGT/2021, em que é requerente Ana Maria Fragoso de Pina Robalo, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de construção de habitação unifamiliar, em Vale da Lage, União das Freguesias de Serra e Junceira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 16981/2024 e 18396/2024 da Divisão de Gestão do Território. -----

Deliberação tomada em minuta: A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia do requerente, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. -----

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.-----

Terminados os trabalhos, sendo onze horas e quarenta e nove minutos, o Sr. Presidente declarou, em nome da Lei, encerrada a reunião.-----

Para constar se lavrou a presente ata, que eu, Avelina Maria Lopes Leal, Coordenadora Técnica, designada para o efeito pelo despacho 25/2015 da senhora Presidente da Câmara Municipal, de 25 de fevereiro, mandei escrever e subscrevo. --